

Projeto “Guia Nacional de Arquivos”



➤ Carlos Filipe

Centro de Estudos de Cultura, História
e Património (CECHAP)

➤ Jorge Janeiro

Universidade de Évora



Agenda

Contexto

Projeto

Resultados
esperados

Introdução

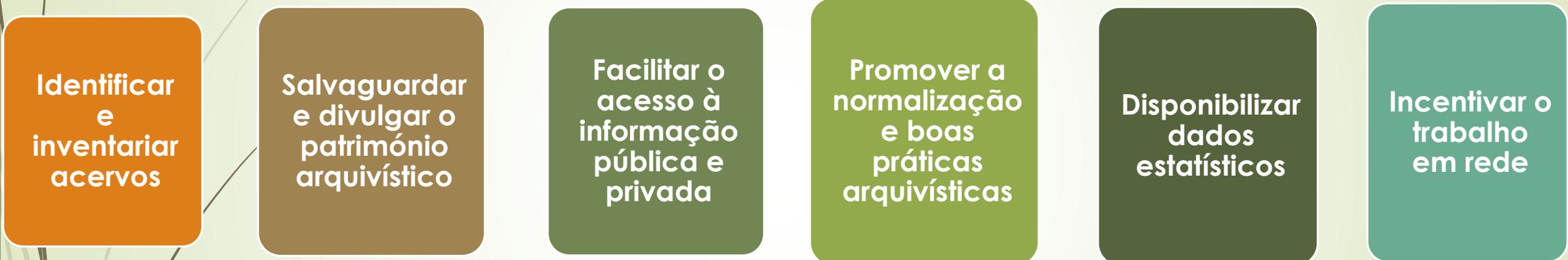
A apresentação destina-se a divulgar a ideia de implementação do Projeto **Guia Nacional de Arquivos**.

O Projeto é uma proposta originária da Rede de Arquivos do Alentejo – Distrito de Évora (**RAA-DE**), que publicou em 2018 o “**Guia de Arquivos do Distrito de Évora**” e que estimulou o arranque do Projeto “**Guia de Arquivos da NUT Alentejo**”.

O “Guia Nacional de Arquivos” pretende ser um **instrumento de difusão da documentação** já identificada pelos arquivos participantes e um **instrumento de apoio à implementação de políticas arquivísticas** nacionais, regionais e locais.

O “Guia” deverá disponibilizar, de forma agregada e sistemática, **descrições documentais** apenas ao **nível do fundo e coleção** e **informação estatística** sobre o setor dos arquivos, em complementaridade com o Portal Português de Arquivos.

Objetivos do Projeto



Identificar
e
inventariar
acervos

Salvaguardar
e divulgar o
património
arquivístico

Facilitar o
acesso à
informação
pública e
privada

Promover a
normalização
e boas
práticas
arquivísticas

Disponibilizar
dados
estatísticos

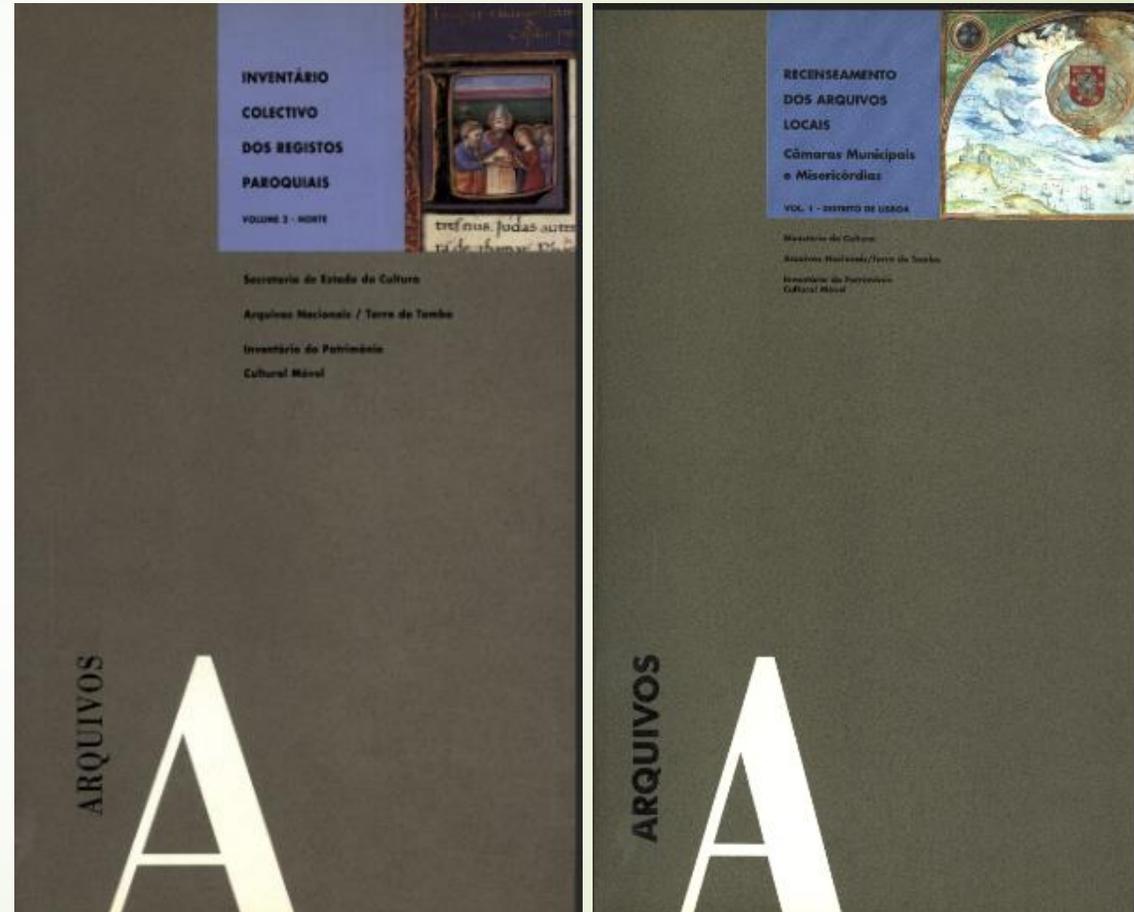
Incentivar o
trabalho
em rede

Acesso à documentação...

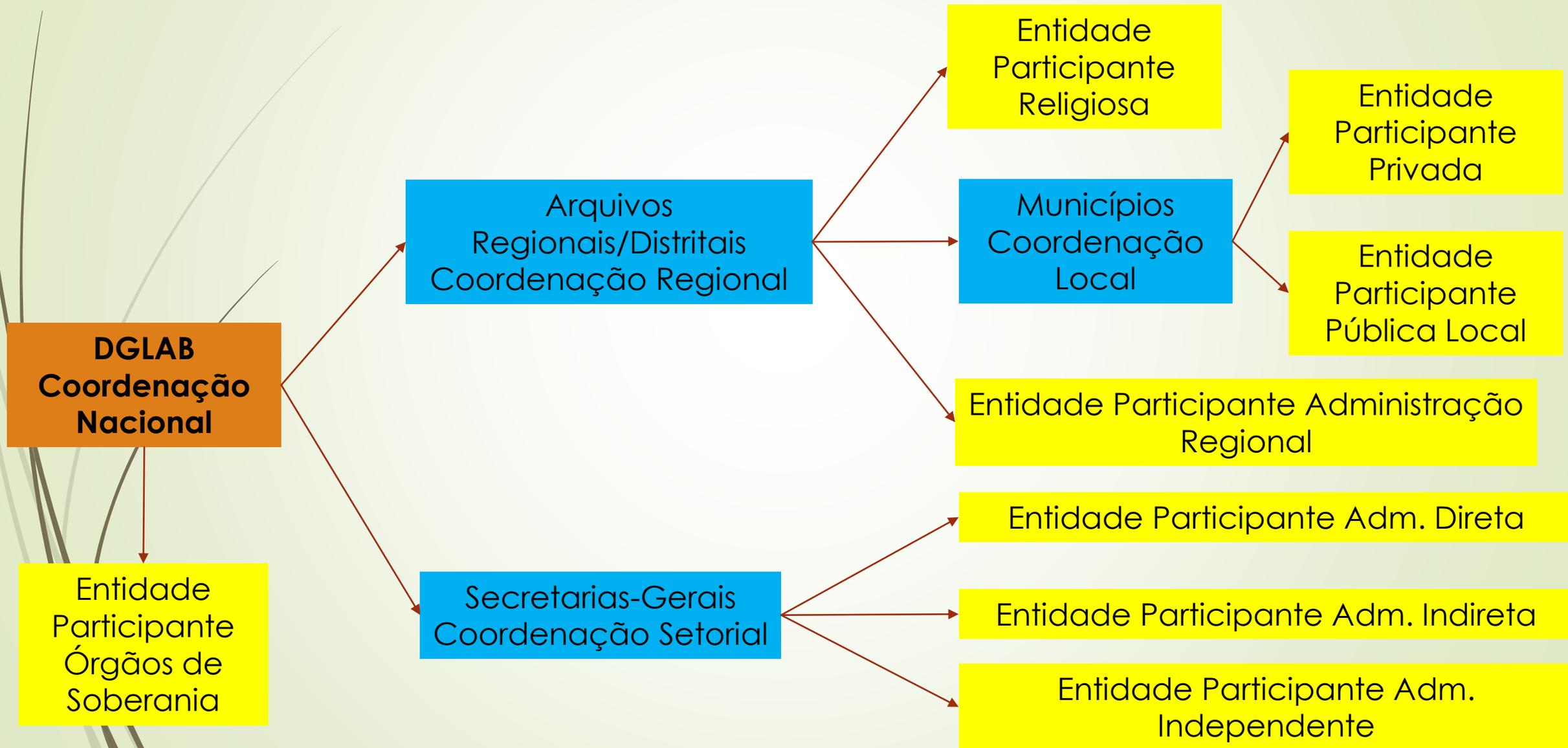
- ▶ Alínea e) do n.º 3 do Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de Janeiro (Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico):
 - ▶ **Cabe especialmente ao Estado** “garantir, facilitar e promover o acesso à documentação, nomeadamente, através de instrumentos de descrição normalizados”.
- ▶ Artigo 83.º da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro:
 - ▶ “Devem ser objecto de **inventário** os arquivos e colecções factícias” (...) “produzidos por entidades de nacionalidade portuguesa que se revistam de interesse cultural relevante”, que “se encontrem a qualquer título na posse ou à guarda do Estado” ou que “venham a ser voluntariamente apresentados pelos respectivos possuidores, se outro não for o motivo invocado para a respectiva inventariação nos termos do regime geral de protecção dos bens culturais”.
- ▶ Alínea e) do n.º 3 do Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio:
 - ▶ É atribuída à Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) a **responsabilidade** de “promover o desenvolvimento e a qualificação da **rede nacional de arquivos** e facilitar o **acesso integrado à informação arquivística**”.

Projetos anteriores já concretizados pelo Estado!

- ***Inventário do Património Cultural Móvel***
- ***Inventário Coletivo dos Registos Paroquiais***
 - Década de 1990
 - Intenção era cobrir todo o território nacional, objetivo que acabou por não ser alcançado.
 - Representaram avanços substanciais no conhecimento do património arquivístico do País.
 - Porém, os inventários eram temáticos, não chegaram a todo o País e ficaram desatualizados com alguma rapidez devido ao facto de serem impressos.



Metodologia de trabalho colaborativa



Fases do projeto

Fases

- Definição dos requisitos arquivísticos e tecnológicos
- Definição das tipologias de entidades participantes e validadoras
- Criação da plataforma
- Realização de experiência-piloto
- Lançamento público da plataforma
- Inserção de dados pelas entidades participantes
- Validação dos dados
- Disponibilização da informação na Internet

Recursos:

- Financeiros
- Humanos
- Tecnológicos

Duração de 3 anos

Guia Nacional de Arquivos em linha: Proposta de plataforma

Separadores

Início

Guia

Estatísticas

Área Reservada

O **Guia Nacional de Arquivos** é um instrumento ao serviço dos cidadãos que tem como objetivos:

- Identificar e inventariar genericamente os **acervos arquivísticos** existentes em todo o território nacional;
- Salvaguardar e divulgar o património arquivístico do País;
- Facilitar o acesso à informação pública e privada;
- Promover a normalização e as boas práticas arquivísticas;
- Disponibilizar dados **estatísticos**;
- Incentivar o trabalho colaborativo.

O Guia estrutura-se de acordo com a organização administrativa na área dos arquivos: nacional, regional/distrital e concelhia.



Guia Nacional de Arquivos em linha: Proposta de plataforma

Início

Guia Estatísticas Área Reservada

- Informações institucionais
- Objetivos do Projeto

Guia Nacional de Arquivos em linha: Proposta de plataforma

Início

Guia

Estatísticas

Área Reservada

Hierárquica

Nível Nacional

Nível regional/distrital

Nível Concelhio

Grupo de Fundos

Fundo/Coleção

Descrição ao nível do
Fundo/Coleção

Entidade Detentora

Identificação sintética

Pesquisa

Por termo

Simple

Avançada

Guia Nacional de Arquivos em linha: Proposta de plataforma

Início

Guia

Estatísticas

Área Reservada

Descrição do Fundo

Código de referência: PT/METZ/JOE

Título: Juízo dos Órfãos de Estremoz

Datas: 1704 - 1851

Nível de descrição: Fundo

Dimensão e suporte: 3,32 m.l. (194 maços); papel

Nome do Produtor: Juízo dos Órfãos de Estremoz

Identificação da entidade detentora

Município de Estremoz (Arquivo Municipal)

Centro Cultural Dr. José Lourenço Marques Crespo

Avenida de Santo António 7100 -106 Estremoz

Endereço de correio eletrónico: arquivo.municipal@cm-estremoz.pt

Telefone: 268 339 200

Horário de Funcionamento: 2.^a a 6.^a feira | 9:00h - 12:30h /
14:00h - 17:30h

Internet: <http://www.cm-estremoz.pt/pagina/camara-municipal/arquivo-municipal>

Guia Nacional de Arquivos em linha: a plataforma

Início

Guia

Estatísticas

Área Reservada

Estrutura

Portugal

Região Autónoma
/Distrito

Concelho

Apresentação

Gráficos

Mapas

Produtos

- N.º concelhos com guias
- N.º entidades detentoras (públicas e privadas)
- N.º entidades participantes
- N.º fundos e coleções existentes
- N.º entidades produtoras
- N.º fundos objeto de medidas de proteção (inventariação e classificação)
- N.º fundos descritos e digitalizados
- Etc.

Guia Nacional de Arquivos em linha: a plataforma

Início

Guia

Estatísticas

Área Reservada

Funcionalidades

Gestão de perfis de administrador, contribuinte e validador

Registo de utilizadores individuais e institucionais

Áreas de carregamento e edição de dados relativos a fundos/coleções, entidade detentora, estatísticas

Áreas de validação e publicação final dos dados



Resultados esperados

- **Disponibilização** em linha, no período de 10 anos após a implementação do projeto, **de informação sobre os acervos arquivísticos da maioria dos concelhos** do País;
- Quanto aos impactos esperados, prevê-se:
 - Impulso significativo da implementação de **medidas de salvaguarda** do património arquivístico pelos municípios;
 - **Aumento** da **consulta** da documentação e da sua **utilização** para fins administrativos, científicos e culturais.

Bibliografia

Alves, Ivone (et alli) (1993). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. ISBN 978-972 565-146-9.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS [2001]. *Relatório do Sub-Comité sobre os Instrumentos de Descrição. Orientações para a Preparação de Apresentação de Instrumentos de Descrição*. Tradução de Joana Braga Sousa e Lucília Runa. Revisão de Alexandre Tojal. S.l: s.n. Disponível em https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/11/preparacao_apresentacao_idd.pdf. Consultado em 2023-03-22.

PORTUGAL. DIRECÇÃO GERAL DO LIVRO, ARQUIVOS E BIBLIOTECAS (2007). *Orientações Para a Descrição Arquivística*. (2ª versão). Lisboa: Direcção-Geral de Arquivos. Consultado em 2023-03-22, em http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/oda1_2_3.pdf.

Ribeiro, Fernanda (2003). *O Acesso à Informação nos Arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2 Volumes. ISBN 972-31-1017-2.



➔ **Obrigado!**

➔ **Alguma questão?**

carlosfilipe2.cechap@gmail.com

jorge.janeiro@hotmail.com